

## **BOLETIM - JULHO/2023**

### **Atualizações sobre o Programa de Recuperação Socioambiental da Bacia do Paraopeba e os Estudos de Risco a Saúde Humana e Risco Ecológico**

O Instituto Guaicuy tem acompanhado, como ouvinte, as reuniões mensais, onde a AECOM, auditora do Programa de Recuperação Socioambiental (PRSABP) e do Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), apresenta para as Instituições de Justiça e Estado um diagnóstico sobre o cumprimento das ações e projetos em que a VALE S/A tem a obrigação de fazer, segundo o Acordo judicial.

Os principais pontos de atenção levantados pelo Instituto Guaicuy na reunião do dia **12/07/2023** são apresentados a seguir. As informações são baseadas exclusivamente no conteúdo apresentado pela auditoria.

#### **Estudos de Risco a Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE)**

Dentro do período auditado, de 10 de junho a 9 de julho de 2023 ocorreram as seguintes ações:

##### **Fase I:**

- 07 reuniões entre Grupo EPA e pessoas atingidas: 04 com lideranças (RN1) e 07 com as comunidades (RN2);
- 54 questionários aplicados;
- 04 sessões técnicas e reuniões com a equipe de execução;
- 06 reuniões entre Secretaria Estadual de Saúde (SES-MG), Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) e demais partes envolvidas.
- 
- As reuniões de RN1 e RN2, e a aplicação de questionários estão em fase em andamento apenas em Martinho Campos (faltam menos de 5% para o término das reuniões). Previsão de encerramento em julho/23;
- As devolutivas da Fase I foram concluídas apenas para as comunidades da AA-13, que corresponde àquelas pertencentes aos municípios de Curvelo e Pompéu, e não foram iniciadas nas demais AAs e municípios;
- Os relatórios da Fase I do ARE ( Avaliação de Risco Ecológico) das Áreas de Estudos Ecológicos (AEeco) estão em diferentes fases de desenvolvimento. O ARE estabeleceu três áreas distintas, que foram definidas com base em características semelhantes da paisagem, fauna e da flora da área impactada.

## Fase II:

- Como avanços relativos à fase II, foram apresentados na Sessão Técnica *Plano de Amostragem Integrado*, previsto e realização de *pré campo para reconhecimento dos pontos de amostragem* (campos de validação dos pontos de coletas);
- Sobre o Plano de Amostragem Integrado a AECOM identificou inconsistências nos métodos, como: falta de descrição de metodologias de coleta e análises de Substâncias Químicas de Interesse (SQIs) e contratação de laboratório não acreditado para alguns métodos. Assim, o Comitê solicitou o adiamento das coletas para 10/07/2023, e aguarda aprovação do Plano de Amostragem Integrado da AA-13 e da lista de SQIs pelo Estado para definir o cronograma de início de coletas da Fase II.
- Em abril de 2023, a FEAM reprovou a Execução do Piloto para Avaliação da Qualidade do Ar, e foi solicitada a revisão da metodologia para que incluísse as adequações necessárias, como clareza na metodologia de uso do solo para ambientes fechados, e do uso dos modelos matemáticos.

## Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (PICTs)

- SES aprovou a metodologia do projeto para atuação com PICTs;
- Devem protocolar, até 11/07, cronograma atualizado;
- O desenvolvimento do *Software* para o cálculo do risco ecológico segue o cronograma, e a data de entrega permanece para outubro de 2023. A Equipe de Execução ainda aguarda aprovação do *software* pela FEAM. A AECOM recomendou algumas estratégias à Equipe de Execução, como se reunir com a FEAM, e submeter o *software* à aprovação do Compromitentes.

## Programa de Recuperação Socioambiental

### Monitoramento de águas superficiais e sedimentos

- AECOM reforça a importância de ações periódicas para conferência dos equipamentos e materiais das amostras e análises de águas superficiais e sedimentos. Ex. calibração de instrumentos de coleta.

### Monitoramento de águas subterrâneas e transferência do monitoramento pelo programa SIGMA

- IGAM manifesta que o Programa de Monitoramento de Águas Subterrâneas da Vale (PMAS) deve ser mantido até que sejam concluídas todas as etapas da transferência do monitoramento para o Estado.

- AECOM não consegue informar ao Ministério Público o prazo correto para a conclusão do desenvolvimento do programa de transferência do monitoramento para o IGAM (SIGMA). Segundo a auditoria, além de especificações sobre o desenvolvimento do sistema, outras atividades ainda seguem indefinidas como, contratação de pessoas e materiais que devem ser adquiridos pelo IGAM.

### **Segurança das Estruturas Remanescentes (restantes) na zona quente**

- Na barragem B1 ainda falta o plano de execução da fase de remoção de rejeitos, sobre como a atividade será executada, monitorada, para os testes de remoção iniciarem ainda neste ano.

### **Acordo Judicial**

- Na reunião de julho, a AECOM apresentou uma atualização que representa a segmentação por trechos do rio para a implementação de ações, projetos previstos no Programa de Reparação Ambiental estabelecido no Acordo em 2021:
  - Trecho 1 (ribeirão Ferro-Carvão e início rio Paraopeba, até 8,6 km) e Trecho 7 (Cava Córrego do Feijão): Plano de Reparação (PRSABP) obras do Plano de Manejo de Rejeitos (PMR), Plano de Controle Ambiental (PCA).
  - Trecho 2 (até 63 km do rio Paraopeba em Juatuba): Plano de Reparação (PRSABP), Dragagem do rio Paraopeba, Plano de Controle Ambiental (PCA).
  - Trecho 3 (até 298 km do rio Paraopeba, no reservatório de Retiro Baixo), Trecho 4 (até 315 km do rio, até a UHE de Retiro Baixo). e Trechos 5 e 6 (até 466 km, na UHE de Três Marias : ações difusas do Plano de Reparação (PRSABP).

### **Manejo/Disposição de rejeitos na Cava de Feijão**

- AECOM ressalta que a disposição dos rejeitos na cava B1 permanece como uma atividade crítica: o volume de rejeitos depositado na B1 ainda é baixo devido a interdição de parte da cava, com isso os depósitos temporários estão quase totalmente ocupados (Boletim 1).
- AECOM recomenda que sejam apresentadas medidas para enfrentamento do próximo período chuvoso. **Plano de Reparação**

- Capítulos 1 e 2 do PRSABP (Programa de Recuperação Socioambiental da Bacia do rio Paraopeba) que incluem os diagnósticos pré e pós-rompimento e avaliação dos impactos: em outubro de 2023 está previsto a publicação das versões atualizadas.
- Capítulo 3 (planos e programas de reparação): em processo de revisão pela Vale e órgãos ambientais. O Plano de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD) está previsto para ser publicado em agosto de 2023, sendo um plano executivo que servirá de base para outros projetos. Os outros planos e programas não tem previsão de publicação.
- A AECOM pontua que independente da aprovação do Capítulo 3, não há um projeto conceitual global previsto pela VALE para recuperação ambiental da sub-bacia do Ferro Carvão.

### **Estudos do rio Paraopeba**

- AECOM pontua que ainda não existe um projeto de dragagem para o Rio Paraopeba para além do trecho de 2 km, a partir do encontro com o ribeirão Ferro-Carvão,. É importante que a VALE avance com os estudos para os demais trechos em relação, por exemplo, à batimetria (profundidade do rio e das represas) e o transporte de rejeitos para locais a jusante, indo **minimamente** até o reservatório de Retiro Baixo.

### **Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais**

- AECOM recomenda que sejam desenvolvidas rotas alternativas para combater os incêndios, facilitando o acesso para todas as áreas destinadas à reparação ambiental.